



Lisboa, 25 de setembro de 2014

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Educação,
Ciência e Cultura da Assembleia da
República
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

C/c: Aos Grupos Parlamentares

Assunto: **Pedido de intervenção urgente da Assembleia da República**

Senhor Presidente,

As organizações sindicais subscritoras, reunidas hoje, dia 25 de setembro de 2014, em Lisboa, analisaram a situação grave que continua a viver-se em muitas escolas, fruto de erros cometidos pelo Ministério da Educação e Ciência no âmbito dos concursos e colocação de professores, designadamente, no processo de constituição de bolsas de contratação de escola (BCE). Estes erros foram, finalmente, reconhecidos pelo Senhor Ministro da Educação, há precisamente uma semana, perante o plenário da Assembleia da República. No entanto, contrariamente aos compromissos aí assumidos pelo Senhor Ministro de corrigir as listas das BCE até à passada segunda-feira, estas organizações sindicais constatarem que tal não aconteceu: os problemas permanecem sem solução, desde logo com graves prejuízos para milhares de alunos que continuam sem a totalidade dos seus professores.

Perante esta difícil situação que o MEC parece não conseguir solucionar, as organizações sindicais, na sequência de contactos já efectuados, **solicitam a V.^a Ex.^a a marcação de uma reunião, com caráter de urgência**, onde pretendem propor o desenvolvimento imediato de uma iniciativa parlamentar com vista à superação dos problemas referidos. Face à impossibilidade de realização da reunião entre o dia de hoje e o de amanhã, e tendo em conta a emergência do assunto em causa, estas organizações apelam a V.^a Ex.^a e aos grupos parlamentares que seja desenvolvida iniciativa legislativa adequada para a qual adiantam a possibilidade de **recurso aos procedimentos previstos para a reserva de recrutamento, permitindo aos candidatos a manifestação de preferências para as escolas e agrupamentos abrangidas pelas BCE**.

Uma solução como a aqui proposta, entre outras que as organizações se disponibilizam para analisar, permitirá que, a muito curto prazo, estejam satisfeitas as necessidades das escolas, num quadro de respeito pelas normas do Estado de Direito Democrático. Para além da urgência na resolução dos problemas em apreço, procura-se, por esta via, evitar que muitos docentes, sentindo-se lesados, se vejam obrigados a recorrer aos tribunais, com tudo o que esta derradeira via implica.

Com os nossos melhores cumprimentos,

As Organizações Sindicais
